

MANOEL IGNACIO CARVALHO DE MENDONÇA
Magistrado federal aposentado, Lente de Direito Civil
e Legislação Comparada na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro
e advogado nos auditórios da mesma capital

DOCTRINA E PRÁTICA DAS OBRIGAÇÕES

ou

TRATADO GERAL DOS DIREITOS DE CRÉDITO

4ª Edição

Aumentada e Atualizada por
JOSÉ DE AGUIAR DIAS

5ª Edição

Aumentada e Atualizada por
JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

6ª Edição - 2017

Aumentada e Atualizada, pelo Cód. 2002, por
N. DORESTE BAPTISTA

TOMO I



Rio de Janeiro
2017

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO	XI
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	XLVII
SÚMULAS.....	681

CONTEÚDOS DOS CAPÍTULOS

TÍTULO I

INTRODUÇÃO GERAL AO ESTUDO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

DO CONCEITO MODERNO DAS OBRIGAÇÕES

SUMÁRIO: 1. Importância do instituto das obrigações. 2. Dever moral e jurídico. 3. Obrigações no sentido técnico. 4. Definição antiga e conceito atual. 5. Posição que ocupa o instituto das obrigações no conjunto do direito civil e em que difere dos direitos reais. 6. Fontes das obrigações. 7. Gênese e desenvolvimento do fenômeno da vontade. 8. Identidade do *eu* e similitude social do *meio*. 9. Influência social sobre o laço obrigatório. 10. Relação do instituto das obrigações com outros ramos do direito em geral. 11. Objeto das obrigações. 12. Requisitos das obrigações. 13. Indeterminação do sujeito das obrigações. 14. Divisão das obrigações..... 3

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS OBRIGAÇÕES

SUMÁRIO: 15. Dificuldade do estudo de evolução do direito independente da evolução geral da Humanidade. 16. Tipo a seguir nesse estudo. 17. Evolução das obrigações. 18. A obrigação primitiva. 19. Verdadeiro início das obrigações. 20. Período teocrático. 21. Civilização grega. 22. Sistematização romana. 23. Época dos bárbaros. 24. Transação feudal. 25. Início da época moderna. 26. A ditadura monárquica no Ocidente. 27. Os economistas. 28.

Cód. Civil francês e outros: tentativas de Código no Brasil. 29. Lugar que nos diferentes Códigos ocupa o instituto das obrigações. 30. Classificação externa dos institutos de direito. 27

TÍTULO II

MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS OBRIGAÇÕES NATURAIS

SUMÁRIO: 31. Obrigações quanto à sua origem. 32. Dúvidas sobre o conceito das obrigações naturais. 33. As mesmas dúvidas vêm do direito romano. 34. Ideia romana sobre as obrigações naturais ao tempo de JUSTINIANO. 35. A *soluti retentio* como critério. 36. Classes de obrigações naturais admitidas. 37. Sistemas das legislações modernas. 38. Direito brasileiro. 39. *Criterium* das obrigações naturais na legislação pátria. 40. Irretratibilidade do pagamento feito para solver obrigação natural: *jus retentionis*. 41. Obrigação natural resultante de ato nulo. 42. Compensação de obrigações naturais. 43. Novação em obrigações naturais. 44. Resumo da matéria 73

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA

SUMÁRIO: 45. Importância do assunto em direito romano. 46. O que seja coisa certa; importância do assunto em direito moderno. 47. Como se determinam as prestações indeterminadas. 48. Regras de direito acerca da determinação das prestações. 49. Continuação. 50. O que seja obrigação de dar. 51. A tradição é desnecessária no sistema do Cód. Civil francês. 52. Sistema contrário. 53. A tradição no direito pátrio. 54. Regras das obrigações de dar coisa certa. 55. Riscos da coisa nas obrigações de dar. 56. Regras das obrigações de restituir coisa certa. 57. Acréscimos da coisa a dar ou a restituir. 58. Frutos da coisa devida. 59. Obrigações de dar coisa incerta 87

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

SUMÁRIO: 60. Formas diversas de prestações. 61. Distinção entre obrigação de dar e de fazer. 62. O que abrangem as de fazer e não fazer. 63. Quem

é obrigado à prestação nas de fazer. 64. Influência da culpa na prestação do devedor. 65. Prestação que se torna impossível. Prestação pessoal do devedor. 66. Substituição do devedor na prestação. Riscos. 67. Obrigações de não fazer; como se presume nestas a mora. 109

CAPÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS

SUMÁRIO: 68. Obrigações alternativas e conjuntas: noções respectivas. 69. Natureza da prestação nas alternativas. 70. Em que as alternativas diferem das facultativas. 71. Em que diferem das condicionais. 72. Em que diferem das de gênero. 73. Em que diferem das com cláusula penal. 74. Analogia das obrigações alternativas com as solidárias. 75. Nas alternativas a opção pertence, em regra, ao devedor. Efeitos da opção realizada. 76. Opção do devedor; quando se fixa. 77. Opção do credor; quando se fixa. 78. Irrevogabilidade da opção. 79. Caso em que as partes se recusam a realizar a opção. 80. Consequência da opção. 81. A prestação parcial não é admissível. 82. Prestações anuais. 83. Riscos nas obrigações alternativas. 84. Prestação da culpa quando a opção é do devedor. 85. Prestação da culpa quando a opção é do credor. 86. Caso em que todas as prestações tornam-se impossíveis. 87. Perda ou deterioração parcial da coisa devida em alternativa. 88. Perda ou deterioração por culpa do credor. 89. Transferência da propriedade da coisa devida em alternativa. 90. Pode o credor reivindicar um dos imóveis compreendidos na alternativa e alienado pelo devedor? 91. Efeitos dos vícios redibitórios da coisa certa optada 121

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES CONDICIONAIS E MODAIS

SUMÁRIO: 92. O que exprime em geral o vocábulo *condição*. 93. O mesmo vocábulo em direito de crédito. 94. Definição da condição em direito de crédito. Seus requisitos. 95. Em que difere do termo, do modo, da demonstração e do aleatório. 96. A condição não se presume. Condições legais. 97. Divisão das condições. 98. Figuras jurídicas incompatíveis com a condição. 99. Condições potestativas. 100. Condições fisicamente impossíveis. 101 e 102. Continuação. 103. Condições juridicamente impossíveis e as ilícitas. 104. *Condição suspensiva*. 105. Estado do direito pendente a condição suspensiva. 106. Efeito da condição realizada. Retroatividade. 107. Atos assecuratórios do credor, pendente a condição suspensiva. 108. Transmissão do

crédito condicional. 109. Novação da dívida condicional. 110. Disposições novas feitas sobre a coisa alienada com a condição suspensiva. 111. Riscos da coisa pendente a condição. Frutos. 112. Condição falha. 113. Impedimento da condição pelo devedor. 114. Cumprimento da condição sob forma específica. 115. Multiplicidade de condições. 116. Indivisibilidade da condição. 117. *Da condição resolutiva*. Noção. 118. Efeito da condição resolutória. 119. A impossibilidade na condição resolutória. 120. Na pendência da resolutória pode o credor pedir a execução. 121. Como resolver quando há dúvida se a condição é suspensiva ou resolutória. 122. A resolutória pode ser expressa ou tácita. 123. Riscos da coisa, pendente a condição resolutória. 123-*bis*. Conceito jurídico do *modo*. 123-*ter*. O *modo* e a condição. 123-*quart*. Teoria da pressuposição..... 145

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES A TERMO

SUMÁRIO: 124. O que é termo. 125. Obrigação sem termo é logo exigível. 126. Em favor de quem se estabelece o termo. 127. Divisão e espécies de termos. 128. Quando é exigível a obrigação a termo. 129. Quando cessa o benefício do termo. 130. Caracteres da obrigação a termo. 131. Direitos do credor a termo. 132. Disposições novas feitas sobre a coisa devida a termo 191

CAPÍTULO VII

DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS

SUMÁRIO: 133. Dificuldades deste estudo e sua evolução. 134. Divisibilidade e solidariedade; semelhanças e diferenças. 135. Situação dos sujeitos ativo e passivo nas obrigações divisíveis e indivisíveis. 136. Qual o *criterium* abstrato da divisibilidade e da indivisibilidade. 137. A divisibilidade é a regra nas obrigações. 138. Exceções à divisibilidade. 139. Divisibilidade nas obrigações de dar. 140. Nas obrigações de fazer. 141. Nas obrigações de não fazer. 142. As obrigações divisíveis podem se transformar em indivisíveis pela reunião em um só credor. 143. Posição recíproca de credores e devedores. 144. Caso de vários credores e vários devedores. 145. Pluralidade de credores. 146. Sentença proferida contra um só credor ou um só devedor. 147. Caso em que um só credor receba a prestação ou opere a remissão, a transação, a novação, a compensação ou a confusão..... 199

CAPÍTULO VIII

DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS

SUMÁRIO: 148. Noções diversas das obrigações quanto aos sujeitos. 149. O que é solidariedade. 150. A solidariedade não se presume. 151. A vontade unilateral não pode criar a solidariedade. 152. Solidariedade legal. 153. A obrigação solidária pode ser pura para uns e condicional para outros. 154. *Solidariedade ativa*: o que seja. 155. Característicos da solidariedade ativa. 156. O devedor pode pagar a qualquer credor antes de acionado por qualquer outro. 157. Efeito do pagamento realizado a um dos credores. 158. Efeitos da novação. 159. Efeitos da compensação. 160. Efeitos da remissão. 161. Efeitos da confusão. 162. Efeitos da transação. 163. Efeitos do compromisso. 164. Interrupção da prescrição por um dos credores. 165. Suspensão da prescrição em favor de um credor. 166. Da decisão proferida em ação entre um credor e o devedor. 167. Como figuram os herdeiros de um credor no crédito solidário. 168. Conversão da prestação solidária em perdas e danos. Juros de mora. 169. Posição do credor que remite a dívida ou recebe o pagamento. 170. *Solidariedade passiva*: o que seja, característicos. 171. Como figuram os herdeiros de um devedor na dívida solidária. 172. Pagamento parcial ou remissão obtida por um devedor. 173. Efeitos das modificações da obrigação entre o credor e um dos devedores. 174. Efeitos da impossibilidade da prestação por culpa de um dos devedores. 175. Obrigação de todos os devedores pelos juros da mora. 176. A ação do credor contra um dos devedores não perime o direito de acionar os outros. 177. A coisa julgada entre o credor e um dos devedores pode ser invocada por outro devedor? 178. Exceção do devedor demandado. 179. Exceção da remissão. 180. Exceção da confusão. 181. Exceção da divisão da dívida. 182. Exceção da novação. 183. Exceção da compensação. 184. Exceção da transação. 185. Exceção da prescrição. 186. Renúncia à solidariedade pelo credor. 187. Direito do devedor solvente contra seus codevedores. 188. Rateio da porção do devedor insolúvel. 189. Caso em que a dívida interessar somente a um dos devedores solidários. 190. Causas extintivas da dívida solidária. 191. *Teorias sobre a solidariedade*. 192. Unidade ou pluralidade de obrigações na solidariedade. Teorias alemãs. 193. Teoria dos autores franceses. 194. Teoria da pluralidade de vínculos. 195. Teoria aceita..... 223

CAPÍTULO IX

DAS OBRIGAÇÕES COM CLÁUSULA PENAL

SUMÁRIO: 196. A cláusula penal é uma obrigação acessória. 197. Importância primitiva e decadência moderna deste instituto. 198. Cláusula penal e

multa; diferença. 199. Diferença da cláusula penal e da obrigação alternativa. 200. Em que difere da obrigação facultativa. 201. Identidade com a novação condicional. 202. O que caracteriza a cláusula penal. 203. Fins a que visa. 204. Efeitos conforme a aplicação. 205. Caso de mora. 206. Taxa da pena convencional. 207. Cláusula penal nas obrigações a termo. 208. Nas obrigações sem prazo. 209. Efeitos do caso fortuito na cláusula penal. 210. Influência do dolo. 211. Pena convencional nos contratos bilaterais. 212. Pode ser diminuída? 213. A cláusula penal faz indivisível a obrigação a que é adjecta? 214. Caso da prestação divisível. 215. Não precisa o credor alegar prejuízo para exigir seu cumprimento. 216. Remissão da pena convencional pelo credor é sempre possível 291

TÍTULO III EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I NOÇÕES GERAIS

SUMÁRIO: 217. Efeitos das obrigações; sentido dessa expressão. 218. Causas de extinção das obrigações no direito romano. 219. Evolução moderna das causas de extinção; Códigos. 220. Efeitos das obrigações entre as partes e sua transmissão a herdeiros. 221. Promessa do fato de terceiro..... 319

CAPÍTULO II DO PAGAMENTO

SUMÁRIO: **SEÇÃO I — Introdução.** 222. Fases da evolução do instituto do pagamento. 233. Sentido do vocábulo pagamento: suas divisões. 224. Pagamento parcial. 225. Requisitos do pagamento. **SEÇÃO II — Quem deve fazer o pagamento.** 226. Pagamento por terceiro interessado. 227. Pagamento feito por terceiro não interessado. 228. Pode o terceiro não interessado pagar apesar da oposição do devedor? 229. Quando é válido o pagamento que importa transferência de domínio. Pagamento de prestações fungíveis. 230. Pagamento feito pelo incapaz. **SEÇÃO III — A quem deve ser feito o pagamento.** 231. Pessoas capazes de receber. 232. Espécies de representantes. 233. O adjectus solutionis causa. 234. Pagamento feito a terceiro. 235. Pagamento ao credor putativo. 236. Pagamento cientemente feito ao incapaz. 237. Pagamento ao portador do título creditório. 238. Pagamento feito ao credor depois de ter sido o devedor intimado da penhora do crédito. **SEÇÃO IV — Objeto do pagamento e sua prova.** 239. Explicação prévia. 240 a 245. Pagamento em dinheiro.

Variações da moeda.	246.
Pagamento por peso e medida.	247.
O devedor solvente tem direito de exigir a quitação.	248.
Perda do título quando a quitação consiste em sua restituição.	249.
Quitação nas prestações periódicas.	250.
A carga de quem correm as despesas de quitação.	SEÇÃO V — <i>Lugar do pagamento</i> .
Qual domicílio em que deve se efetuar o pagamento.	SEÇÃO VI — <i>Tempo em que deve ser feito o pagamento</i> .
Pagamento nas obrigações puras.	252.
Pagamento nas obrigações a termo.	253.
Casos em que o credor pode exigir antes do termo.	SEÇÃO VII — <i>Mora</i> .
Mora, o que seja: suas espécies.	255.
<i>Mora solvendi</i> , ou do devedor.	256.
Divisão da mora do devedor.	257.
Mora presumida por lei.	258.
Princípios que justificam a mora presumida: elemento da culpa.	259.
Quando começa a mora do devedor.	260.
Mora nas obrigações sem prazo.	261.
Meios pelos quais se realiza a interpelação.	262.
Mora accipiendi, ou do credor.	263.
O que a caracteriza; oferta do devedor.	264.
Efeitos da mora.	265.
Efeitos especiais da mora do credor.	266.
Purgação da mora. Compensação.	SEÇÃO VIII — <i>Do pagamento indébito</i> .
Princípio dominante no instituto.	267.
Impossibilidade de uma fórmula geral sobre enriquecimento injusto.	268.
Critério proposto.	269.
Concepção romana.	270.
Conceito moderno.	271.
Quem é obrigado a restituir.	272.
Elemento do erro no solvente.	273.
Erro de direito.	274.
Casos em que, mesmo sem erro, é dada a repetição.	275.
Casos em que não se dá repetição, mesmo existindo o erro.	276.
Casos especiais de isenção da restituição.	277.
Pagamento do débito de outrem por erro.	278.
O adquirente evicto tem restituição?	279.
No caso de compensação.	280.
Crédito pago duas vezes.	281.
No caso de sentença condenatória.	282.
Direito de restituição daquele em cujo nome se fez o pagamento indébito.	283.
Pagamento indébito feito pelo fiador.	284.
Pagamento indébito feito por dois devedores solidários.	285.
Reclamação do indébito é ação pessoal; quem a pode exercer.	286.
O que deve provar o autor.	287.
Efeito da boa fé no <i>accipiens</i> .	288.
Caso da obrigação de coisa certa.	289.
Caso das demais obrigações.	290.
Pode-se renunciar a reclamação do indébito.	291.
<i>292-bis</i> . Generalização do enriquecimento sem causa como instituto autônomo	335

CAPÍTULO III

DA CONSIGNAÇÃO

SUMÁRIO: 293. A consignação não é um instituto exclusivo do direito processual. 294. Relação entre a consignação e a *mora accipiendi*. 295. Definição, caracteres e efeitos da consignação. 296. Consignação nas obrigações de dinheiro e nas de gênero. 297. A consignação deve preceder a oferta. 298. Que condições pode o devedor opor à oferta. 299. Casos em que pode o credor

rejeitar a oferta. 300. Efeitos da rejeição do credor. 301. Condições de validade da consignação. 302. Lugar em que deve ser requerida a consignação. 303. Quando pode o credor levantar o depósito em consignação. 304. Embargos do credor ao depósito. 305. Efeitos da aceitação do credor. 306. Nas obrigações de corpo certo. 307. Consignação nas obrigações de coisa indeterminada. 308. Consignação de imóveis. 309. Consignação de coisa litigiosa. 310. Consignação nas obrigações negativas e nas de fazer. 311. O levantamento do depósito só compete ao devedor 443

CAPÍTULO IV DA SUB-ROGAÇÃO

SUMÁRIO: 312. Evolução do instituto. 313. Natureza e caracteres do instituto. 314. Divisão da sub-rogação. 315. Em que a sub-rogação difere da cessão. 316. Sub-rogação legal ao credor que paga ao concredor o débito do devedor comum. 317. Sub-rogação legal em favor do adquirente do imóvel que paga a dívida hipotecária. 318. Sub-rogação legal do terceiro interessado que paga o débito. 319. Outros casos. 320. Sub-rogação convencional. 321. Sub-rogação ao terceiro solvente que expressamente recebe os direitos do credor. 322. Sub-rogação do terceiro que empresta a importância da dívida. 323 e 324. Efeitos da sub-rogação. 325. O credor originário prefere o sub-rogado quando este só tem parte no crédito. 463

CAPÍTULO V DA IMPUTAÇÃO

SUMÁRIO: 326. Importância e caracteres da imputação. 327. Divisão da imputação. 328. Imputação do devedor. 329. Imputação do credor. 330. Imputação havendo capital e juros. 331. Imputação legal 499

CAPÍTULO VI DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

SUMÁRIO: 332. O que é dação. 333. Elementos constitutivos da dação. 334. Extensão da dação. 335. Não se confunde com as obrigações alternativas, nem com as facultativas. 336. Não implica a novação. 337. Analogia da dação com a venda. 338. Quando equivale à cessão. 339. Evicção sofrida pelo credor que recebe a coisa em dação..... 509

CAPÍTULO VII

DA NOVAÇÃO

SUMÁRIO: 340. Decréscimo da importância deste instituto e suas relações com a cessão. 341. Definição e caracteres. 342. Divisão e nomenclatura. 343. A novação não se presume. 344. É essencial uma obrigação anterior. 345. Requisito na capacidade. 346. Novação real ou objetiva e questões que a ela se prendem. 347 e 348. Novação subjetiva. 349. Novação entre o credor e um dos devedores solidários. 350. Novação com o devedor principal sem o concurso do fiador. 351. Efeitos da novação 519

CAPÍTULO VIII

DA COMPENSAÇÃO

SUMÁRIO: 352. Evolução do instituto. 353. Natureza e caráter da compensação. 354. Compensação legal; em que sentido opera *ipso jure*. 355. Extensão da compensação. 356. Caso do pagamento feito por erro por quem podia compensar. 357. Pessoas que podem compensar. 358. Dívidas que podem ser compensadas. 359. Liquidez das dívidas. 360. Exigibilidade dos créditos. 361. Caráter fungível das coisas. 362. Dívidas recíprocas de coisas indeterminadas. 363. Limitações à compensação. 364. Limitação decorrente da natureza da obrigação: dívidas de esbulho, furto ou roubo, as de depósito e comodato, as de coisas impenhoráveis, as fiscais. 365. Renúncia prévia à compensação. 366. Prejuízo do direito de terceiros. 367. Dívidas pagáveis em lugares diversos. 368. Pessoa obrigada por várias dívidas compensáveis. 369. Compensação voluntária. 370. Compensação reconvenicional 537

CAPÍTULO IX

DA TRANSAÇÃO

SUMÁRIO: 371. Sentido do vocábulo e definição do instituto. 372. Característicos. 373. A transação é causa extintiva de obrigações. 374. Requisitos da transação quanto à capacidade. 375. Objeto da transação. 376. A transação pode ser reforçada com a pena convencional. 377. Indivisibilidade das cláusulas da transação. 378. Falta de extensão da transação. 379. Forma exterior da transação. 380 e 381. Efeitos da transação entre as partes e entre terceiros. 382. Evicção da coisa renunciada na transação. 383. A transação não impede o exercício de direito novo adquirido sobre seu objeto. 384. Transação sobre litígio decidido e conhecido. 385. Nulidade da transação quando se verifica que uma das partes não tinha direito sobre seu objeto 575

CAPÍTULO X

DO COMPROMISSO

SUMÁRIO: 386. O compromisso é matéria de direito substantivo. 387. Que lugar deve ele ocupar no instituto das obrigações. 388. Definição, requisitos e forma. 389. O que pode conter o compromisso. 390. Do juízo arbitral. Quem pode ser árbitro. 391. Extinção do compromisso. 392. Efeitos do compromisso. 393. Da sentença arbitral. 394. Recursos que cabem de tal sentença. 601

CAPÍTULO XI

DA CONFUSÃO

SUMÁRIO: 395. Conceito. 396. Em que difere da compensação. 397. Em que difere do pagamento fictício. 398. Fontes ordinárias da confusão. 399. Caso da herança aceita em benefício do inventário. 400. Confusão nos direitos reais. 401. Particularidades da cessão e do usufruto. 402. A confusão abrange a dívida ou parte dela. 403. A confusão só se dá no crédito principal. 404. Confusão nas dívidas solidárias. 405. Confusão nas dívidas indivisíveis. 406. Efeitos da cessação da confusão 615

CAPÍTULO XII

DA REMISSÃO

SUMÁRIO: 407. Dificuldades da matéria. 408. Definição, precedentes romanos. 409. Objeto. 410. Capacidade. 411. A remissão não é doação nem cessão; não precisa ser aceita pelo remido. 412. Forma. 413. A entrega do título faz presumir pagamento ou remissão? 414. Efeitos extintivos absolutos. 415. Remissão nas obrigações solidárias. 416. Remissão nas obrigações indivisíveis. 625

CAPÍTULO XIII

DA PRESCRIÇÃO LIBERATÓRIA

SUMÁRIO: 417. Juízos diversos acerca da prescrição: seu surto no direito romano. 418. A prescrição no ponto de vista moral e positivo. 419. Conceito unitário da prescrição. 420. Definição. Requisitos da boa fé. 421. Prescrição e prazo. 422. Condições da prescrição. 423. Deve ser sempre alegada. 424. Renúncia da prescrição. 425. A renúncia nas obrigações solidárias e indivisíveis. 426. Terceiros lesados com a renúncia. 427. A prescrição e as pessoas jurídicas.

428. Direito regressivo que surge da prescrição. 429. Suspensão da prescrição: suas fontes. 430 e 431. Casos de suspensão. 432. Suspensão na solidariedade. 433. Interrupção da prescrição: princípios dominantes. 434. Casos de interrupção. 435. Por quem pode ser promovida a interrupção. 436. Prazo da prescrição. 437. Casos da prescrição. 438. Imprescritibilidade. 439. Prescrição em direito internacional. 440. Efeitos da prescrição: obrigações naturais. 641

CAPÍTULO XIV

OBSERVAÇÕES FINAIS AO TÍTULO III

SUMÁRIO: 441. Complemento à exposição feita. 442. O benefício de competência em direito romano. 443. O mesmo instituto em alguns Códigos modernos. 444. Desaparecimento desse instituto e seus vestígios. 445. A cessão de bens 669

Prescrição das ações contra a Fazenda Nacional (Decreto-Lei n.º 4.597 de 19 de agosto de 1942)..... 675

Decreto-lei n.º 22.626 — de 7 de abril de 1933..... 679

Índice Geral 695

MANOEL IGNACIO CARVALHO DE MENDONÇA
Magistrado federal aposentado, Lente de Direito Civil
e Legislação Comparada na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro
e advogado nos auditórios da mesma capital

DOCTRINA E PRÁTICA DAS OBRIGAÇÕES

ou

TRATADO GERAL DOS DIREITOS DE CRÉDITO

4ª Edição

Aumentada e Atualizada por
JOSÉ DE AGUIAR DIAS

5ª Edição

Aumentada e Atualizada por
JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

6ª Edição - 2017

Aumentada e Atualizada, pelo Cód. 2002, por
N. DORESTE BAPTISTA

TOMO II



Rio de Janeiro
2017

SUMÁRIO

Título IV – Consequências Da Inexecução Das Obrigações	1
Capítulo I – Da Culpa, Do Fortuito e Força Maior, Riscos, Perigos e Cômodos.....	3
Capítulo II – Das Perdas e Danos.....	39
Capítulo III – Dos Juros Legais.....	65
Título V – Transmissão das Obrigações.....	83
Capítulo Único – Da Cessão de Créditos	85
Título VI – Fontes das Obrigações	137
Capítulo I – Dos Contratos	139
Capítulo II – Dos Contratos Bilaterais	319
Capítulo III – Das Arras.....	335
Capítulo IV – Das Estipulações em Favor de Terceiros	343
Capítulo V – Dos Vícios Redibitórios	371
Capítulo VI – Da Evicção	383
Capítulo VII – Dos Contratos Aleatórios	397
Capítulo VIII – Dos Quase-Contratos	403
Capítulo IX – Da Vontade Unilateral.....	411

Capítulo X – Dos Atos Ilícitos.....	431
Bibliografia.....	491
Lista das Obras Consultadas e citadas no Presente Trabalho.....	493
Índice Alfabético	511
Índice Geral	539